

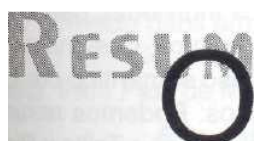
Contextos disjuntivos:
Um modelo semiológico do diálogo intersubjuntivo
mediado pelo texto literário¹

Juliano Sousa Matos

Doutorando em Educação - UFBA/PPGE

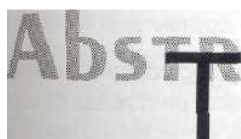
Psicólogo Clínico

Faculdade de Educação



O presente artigo procura estabelecer um paralelo entre Vygotsky (1993) e Saussure (1995) com o objetivo de compor um modelo semiológico de interação intersubjetiva entre o escritor e o leitor de um texto literário. Em seguida, são apresentados alguns pressupostos para uma descrição semiológica do desenvolvimento humano. Finalmente, o artigo propõe princípios pedagógicos sobre as relações entre leitura e mediação semiológica.

Palavras-chave: desenvolvimento; semiologia; mediação; leitura



The current paper aims at setting a parallel between Vygotsky (1993) and Saussure (1995) with the objective of compose a semiological model of intersubjective iteration between the writer and reader of literature text. Secondly, there are presented some as-sumptions for a semiological description of human de-velopment. Finally, the article propose pedagogical principles about the relation between reading and semiological mediation.

Key-words: development; semiology; mediation; reading

O presente artigo foi motivado pelo trabalho desenvolvido em - O Texto e as Práticas Pedagógicas (EDC 703), ministrado pela professora Mary de Andrade Arapiraca no semestre 1999.1. - PPGE.

Introdução

A partir do entendimento de desenvolvimento cognitivo e pedagógico proposto por Vygotsky com base nas noções de conceitos coti-dianos (ou espontâneos) e conceitos científicos (Vygotsky, 1993:45-101), identificamos dois contextos comunicacionais de mediação simbólica de base semiológica. Um primeiro contexto onde prevalecem as estruturas compartilhadas de mediação, como o significado das palavras e as suas respectivas relações intersubjetivas. No segundo contexto prevalecem os signos de mediação não compartilhados, os sentidos, compostos a partir da experiência própria de cada sujeito e sua dinâmica intrasubjetiva. Entendemos que o sentido é singular e corresponde às construções sígnicas resultantes de uma prática individual, particular, dos recursos mediáticos de uma determinada cultura. O significado, por

oposição, é o sentido socializado, um consenso semântico praticado por uma comunidade sob determinados signos. Podemos resumir os conceitos de significado e sentido como definido por La Taille e Pino:

O significado propriamente dito refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, consistindo num núcleo relativamente estável da palavra, compartilhada por todas as pessoas que a utilizam. O sentido, por sua vez, refere-se ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências afetivas do indivíduo (LA TAILLE, 1992, pp. 80-82).

Para Angel Pino:

... o sentido é a soma dos eventos psicológicos que a palavra evoca na consciência. É um todo fluido e dinâmico, com zonas de estabilidade variável, uma das quais, a mais estável e precisa é o significado. Este é uma construção social, de origem convencional (ou sócio-histórica) e de natureza relativamente estável. As alterações de sentido não afetam a estabilidade do significado. (PINO, 1991, p. 39).

No plano dos contextos conjuntivos estão presentes os significados ou produção sociocultural compartilhada de signos e métodos de significação. No plano dos sentidos não encontramos a continuidade coletiva da significação e o contexto é disjuntivo, segmentado pela produção de sentido do indivíduo.

Do ponto de vista do processo de significação da linguagem verbal, os contextos conjuntivo e disjuntivo podem ser compreendidos como mediados por um único significante com possibilidades conjuntivas restritas e diversas apropriações disjuntivas. A partir de uma análise do texto literário e de sua unidade semiológica e gramatical, podemos observar uma tensão de significação entre o que chamaremos de retórica do autor e retórica do leitor. Uma zona obscura nas extremidades do texto, nas pontas do canal, uma nódoa cinza desbotada e que desbota, assinalando a divergência certa, porém desconhecidamente certa dos sentidos no jogo da significação no contexto disjuntivo.

Contudo, a mesma interface semiológica que serve e apoia autor, leitor e suas respectivas zonas de divergência, ou contexto disjuntivo, também permite que suas retóricas se ancorem e mantenham uma tendência à semelhança no contexto conjuntivo, ou de significados compartilhados, durante todo o tempo do texto, simultaneamente. A gramática tem sido hábil em sua missão: administrar um princípio de agravo mútuo e contínuo entre as retóricas dos textos derivados do autor e do leitor. Para Paul de Man

Esta pista deveria ser suficiente para sugerir que é possível fazer com que duas leituras inteiramente coerentes, mas inteiramente incompatíveis, dependam de um verso, cuja estrutura gramatical está isenta de ambiguidade, mas cujo modo retórico vira a atmosfera e também o modo de todo o poema de cabeça para baixo. (MAN, 1996:27).

Além de entender a oposição entre as retóricas do autor e do leitor em seus contextos disjuntivos, podemos realizar um exame profundo do texto e de seus processos de significação, auscultar o pulso possível nos versos do texto, presente nos seus sentidos e saber das distâncias que guardam suas conotações do seu "centro semiológico", do reverso do texto, este lastro de aço das palavras, uma liga semio-

lógica de gramática e lógica que autor e leitor compartilham como código, "como o conjunto de conhecimentos que emissor e receptor possuem em comum antes do recebimento da mensagem" (EPSTEIN, 1988:73). Uma estrutura que é a própria base do contexto conjuntivo de significação coletiva, na qual as convenções amarraram suas determinações de produção signíca. Do autor para o texto encontramos uma passagem dos sentidos do autor para os significados coletivos, ou passagem do contexto disjuntivo para o conjuntivo. Do texto para o leitor o percurso se inverte e passamos dos significados para o sentido do leitor e do contexto conjuntivo para um contexto disjuntivo. O diálogo intersubjetivo entre autor e leitor e seus respectivos contextos disjuntivos passa por um contexto conjuntivo de significados. A objetividade da gramática através do texto media as subjetividades retóricas de autor e leitor. Os significados mediam os sentidos e, conseqüentemente, as relações intersubjetivas.

Mas podemos sistematizar semiologicamente estas afirmações a partir das subpartículas literárias, do signo linguístico semiológico e suas divisões fundamentais: o significado (aqui subdividido em significado e sentido) e o significante. A oposição entre os versos ou a retórica do autor e os versos ou a retórica do leitor tem sua base em propriedades do signo linguístico, descrita por muitos linguistas como as observaram do interior de suas máquinas abstraias de ver poesia, prosa e tudo que signifique algo para alguém. Porém, ainda que a retórica subverta a lógica da gramática e inaugure vertiginosas possibilidades de pontos referenciais, não pode prescindir de paradigmas sintéticos para gerar metáforas e figuras poéticas (MAN, 1996:31). Os versos de autor e leitor dançam sobre o reverso semiológico do texto, sobre o contexto conjuntivo de significação. Porém, ainda que admitamos a possibilidade de distinção radical entre as leituras e retóricas (de autores e leitores) sobre uma base semiológica de gramática rígida, nada garante na gramática ou na semiologia do texto prioridade ou positividade para uma retórica ou leitura específica. A gramática e suas regras podem acusar erros em sua própria estrutura, usos e procedimentos, mas nunca definir uma retórica ou leitura como prioritária em detrimento de outras. Com efeito, as **leituras** de autor e leitor e suas respectivas retóricas

... têm de envolver-se mutuamente num confronto direto, pois uma leitura é precisamente o erro denunciado pela outra, e tem desfeita por ela. Tampouco podemos de modo algum tomar uma decisão válida sobre qual das leituras deve ter prioridade sobre a outra; nenhuma delas pode existir na ausência da outra. Não pode haver dança sem um dançarino, nem signo sem um referente (MAN, 1996:27),

Mas para operar uma máquina abstraía como a língua - máquina de produzir sentido, significado e lidar com a tensão entre o verso disjuntivo e o reverso conjuntivo de um texto - o sujeito da semiótica (aquele que gera significados) deve possuir alguma maturidade cognitiva. Deve lidar com funções signícas semiológicas e exercer com competência comunicativa e intelectual as propriedades do signo linguístico. Em cada momento do seu desenvolvimento, o sujeito operador da gramática adquire habilidades retóricas, correlatas às propriedades semiológicas da função signíca. Assim, uma estratégia de apropriação pedagógica de um texto literário deve ser pensada prevencloa capacidade do operador da leitura em aplicar funções signícas, criar seus versos disjuntivos e retóricas afirmando sua polissemia. Criar re-

tórica implica em territorializar o espaço imaginário do texto, uma "antropofagia" de uma tribo de sentidos habitando um único sujeito da significação. Segundo Vygotsky (1993:103-112), o desenvolvimento cognitivo e a aquisição da linguagem podem ser apresentados como uma relação entre sintaxe e semântica. Para o autor de Pensamento e Linguagem a sintaxe fragmentaria a semântica de forma que nos primeiros momentos do desenvolvimento humano a criança teria o máximo de semântica em um mínimo de sintaxe e, quando adulto, o máximo de sintaxe para excetos de semântica:

..., a criança começa por uma palavra, passando em seguida a relacionar duas ou três pala vras entre si; um pouco mais tarde, progride das frases simples para as mais complexas, e finalmente chega à fala coerente, constituída por uma série dessas frases; em outras palavras, vai da parte para o todo. Por outro lado, quanto ao significado, a primeira palavra da criança é uma frase completa. (VYGOTSKY, 1993:109).

Para uma leitura da abordagem de Vygotsky através das categorias propostas por Man, poderíamos pensar que a criança se desenvolve no sentido da gramatização da retórica, partindo da retorização da gramática (MAN, 1996:17-35). No primeiro momento do desenvolvimento, a criança opera seu processo de significação apenas com suas habilidades de retórica em seu contexto disjuntivo de significação, sem gramática ou semiologia que venham apoiar suas representações de afetos ou pensamentos e representações "lógicas": o produto de sua atividade de significação será retórico, será o sentido.

No segundo momento do desenvolvimento, o controle semiológico/gramático passa a trabalhar com prioridade no processo de significação e assume a mediação na construção e reprodução dos significados. Com efeito, de acordo com Vygotsky, "uma criança pequena primeiro desenha, e só depois decide o que desenhou: uma criança um pouco mais velha dá nome ao seu desenho quando este está quase pronto e, por fim, decide de antemão o que pretende desenhar" (VYGOTSKY, 1993:16). A convergência de ambos é alcançada na maturidade, quando há a possibilidade de uma segunda retorização da gramática apoiada em semiologia e gramáticas coletivas.

I A Semiologia de Saussure como reverso do texto

No Curso de Linguística Geral, de Saussure, encontramos a seguinte definição de semiologia: "ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social" (SAUSSURE, 1995:24). A definição clássica do autor, simples e com alguma precisão, não permite entrever a revolucionária proposta contida em seu estudo do signo linguístico. De fato, Saussure compreendia que o estudo do signo linguístico deveria ser um estudo sincrônico, contemplando o significado imediato dos significantes empregados em uma fala ou texto. Sem considerar a possibilidade do contraste histórico ou diacrônico das significações, Saussure propunha remeter os significados ao seu contexto atual (SAUSSURE, 1995:117), de prática local e momentânea. Assim Saussure inaugura a tradição estruturalista, priorizando o plano da coexistência dos significados em detrimento do eixo das sucessões dos significados.

É desta perspectiva de semiologia (de estudo dos signos) que surge a clássica definição saussuriana de Signo Linguístico: "o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica." (SAUSSURE, 1995:80). A concepção de unidade linguística como "uma coisa dupla, constituída da união de dois termos" (SAUSSURE, 1995:79), pode ser representada como na figura abaixo:

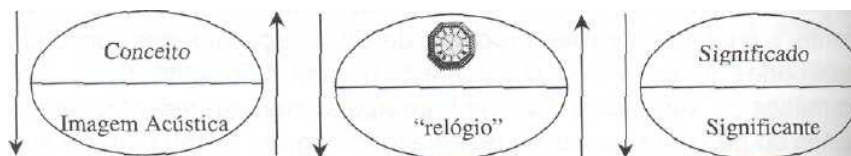


Fig. 1 -Adaptado do Curso de Linguística Geral (SAUSSURE, 1995:79-84)

Assim, o algoritmo proposto por Saussure pode ser escrito como s/S , onde s é o significado e S o significante. Um texto literário poderia ser entendido, do ponto de vista semiológico, como uma cadeia de signos linguísticos, onde os significantes estariam postos em sequência linear. O segundo princípio do signo linguístico postulado por Saussure autoriza a relação e o entendimento do texto literário proposto acima. O segundo princípio intitula-se "o caráter linear do significante" e versa: "O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha." (SAUSSURE, 1995:84).

Além da forma de distribuição linear, de desdobramento causal no tempo, os significantes estão sujeitos às regras gramaticais, presos a formalizações claras, racionais e externas aos sujeitos. Um significante se liga a outro significante sob os auspícios de uma lógica rigorosa, sobre algum desconforto do imaginário. O regime lógico-gramatical dita o ritmo preciso da sequência significante, mas não assegura, retém ou aprisiona os sentidos do texto. A cadeia significante é um rigor de variáveis de significados coletivos previsíveis e vastos sentidos possíveis. Uma ordem de lacunas que guardam probabilidades de preenchimento e podem assumir muitos valores, coerentes ou não. O sentido é constituído através do seguinte percurso: resulta da dinâmica da cadeia significante imbricada com o leitor, considerando, claro, o salto qualitativo do leitor sobre o texto e seu autor, alavancado na subversão subjetiva da polissemia de sua retórica. O texto contém muitas possibilidades de negação. Aliás, é estruturado com engrenagens que realizarão sua negação. É no mínimo paradoxal esta relação entre autor, texto e leitor. O texto é opaco, pois os signos simbólicos são arbitrários e não representam seus referentes com continuidade ou coerência. Peirce chega a falar da vacuidade do signo, pois "signo algum consegue dar conta exata de seu objeto e, assim, produzir um interpretante que o explique fielmente" (PINTO, 1995:34).

A ordem simbólica do texto, por sua vez, é realizada através dos significados que apenas por questões culturais (compartilhadas) podem se aproximar dos sentidos sugeridos pelo autor. O conjunto de leituras de outros leitores estabelece alguma garantia sobre o "valor" de sua leitura a partir dos significados socioculturais de um bem simbólico. De um mergulho na gramática (gramatização da

retórica) o autor tenta dizer o indizível e o leitor, saltando da gramática (retorização da gramática), tenta decifrar o indecifrável e só não é devorado porque é sua própria esfinge. Ao primeiro faltam os significantes, ao segundo, os sentidos do outro, ainda que ambos compartilhem de forma difusa e homogênea os significados em seu contexto conjuntivo, mediador de sua relação intersubjetiva. O autor parte da significação de cadeias de sentido e o leitor inicia seu percurso em cadeias significantes de significados, rumo ao desconhecido dos seus sentidos. Entre um e outro sentido a mediação opaca do texto literário.

A possibilidade de divergência de retóricas se apoia em uma propriedade do signo linguístico, como observamos com Peirce e a vacuidade do signo, mais precisamente, em Saussure, no primeiro princípio do signo linguístico: "o signo linguístico é arbitrário." (SAUSSURE, 1995:81). Com isso Saussure quer dizer que não há coerência de representação entre significante e significado (aqui, como já assinalamos, significado e sentido). As duas partes do signo linguístico não compartilham extensões ou determinações entre si. O que liga um signo a seu significante é uma convenção social, coletiva.

De fato, um signo linguístico não indica ou sugere sua decifração apenas com seus elementos constituintes. Para decifrá-lo devemos contar com a participação da comunidade da linguagem que o criou, condicionou e que o faz operar. Como vimos, para Saussure, o signo linguístico é arbitrário ou imotivado, o que significa dizer que o sentido ou o significado não compõe o significante com suas características. O fato é que uma convenção, como a do signo linguístico, sugere uma gama de prováveis significados e, sobretudo, sentidos, a partir de uma estrutura fixa do ponto de vista estrutural semiológico. A possibilidade de retóricas divergentes reside no princípio de arbitrariedade do signo linguístico, que garante a liberdade e originalidade da significação em qualquer sistema particular de semióse. Se o verso do significado e do sentido é estético em multiplicidade, o reverso do significante é ético em variações condicionadas, garantindo um eixo fixo de deslizamento dos signos socioculturais codificados coletiva-mente.

II A retorização da gramática e a gramatização da retórica: Uma leitura semiológica da dinâmica do texto literário

Ocorre que o signo semiológico não é um "objeto" linguístico, detentor de propriedades específicas; não é uma entidade semiótica estática. Um signo é uma função (EPSTEIN, 1991:28-32; ECO, 1997:39-40). Função sígnica que descreve um movimento ou dispositivo de significação, que estabelece a direção do fluxo de significação com base na relação específica entre o sentido, o significado e o significante, independente da semióse retórica atual e possível que um autor ou leitor possa empreender.

Considerando que uma função sígnica semiológica pode ser descrita, como sugere Sylvain Auroux (AUROUX, 1998:35), enquanto relação entre "som" da palavra (que tomaremos por significante), representado por a e a "ideia" que o som representa, (que tomaremos por significado), representado por a^* , temos as funções abaixo, com as idéias em função do som das palavras, ou da fala, e sua função inversa, ou fala em função das idéias. Assim, podemos escrever:

$$i) \quad a^* = f(a) \quad ii)$$

$$f^{-1}(a^*) = a$$

(Adaptado de AUROUX, 1998:35)

Mas, substituindo a e a* pelo S (significante) e s (aqui significado e sentido) de Saussure, temos, semiologicamente:

$$(I) f(s_n) = s_n/S_n$$

Função sígnica semiológica do escritor
(a gramatização da retórica);

$$(II) g(S_n) = S_n/s_n'$$

Função sígnica semiológica do leitor (a
retorização da gramática), e

$$(III) (g \circ f)(s_n) = s_n/s_n'$$

Função sígnica semiológica composta do escritor ao leitor.

Podemos ilustrar estas relações através do diagrama abaixo:

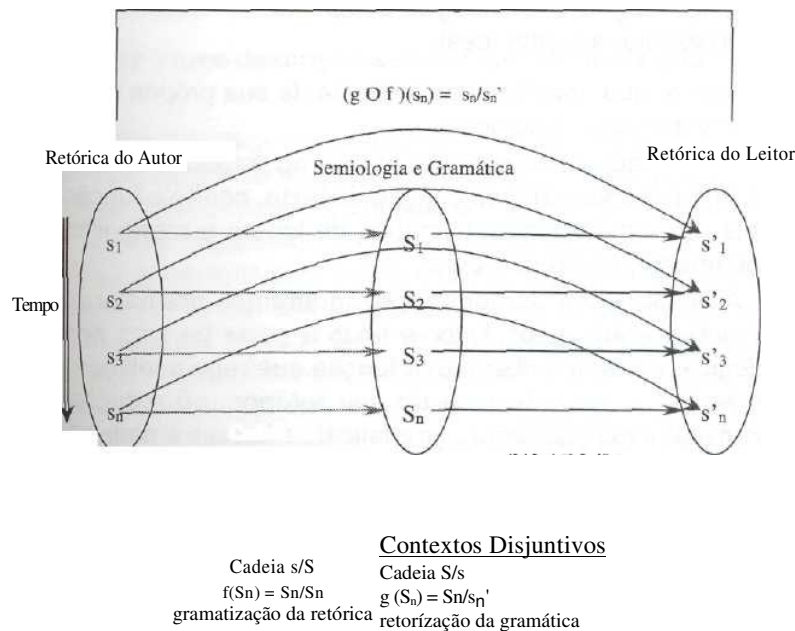


Fig. 1 - Diagramas com a representação das funções sígnicas semiológicas

Para uma melhor compreensão da proposta de formalização semiológica acima podemos supor, por exemplo, o seguinte problema: se um leitor hipotético e ideal realizasse uma leitura exata das intenções do autor, como representaríamos a função sígnica em questão? Aqui a função sígnica semiológica do leitor em relação ao texto seria a inversa da função sígnica do autor com relação ao texto, e seria dada por:

$$(IV) f^{-1}(S_n) = S_n/s_n$$

Função sígnica semiológica inversa
do leitor ideal com relação ao texto.

Basta observar que o s_n (sentido) do leitor ideal é idêntico ao s_n (sentido) do autor. As funções são inversas, simplesmente. Este

leitor recuperaria o significado exato do texto segundo as intenções do autor, O signo linguístico não poderia ser arbitrário, pois não suportaria mais de um significado.

E a relação intersubjetiva entre autor e um leitor ideal? Aqui seria a função composta de sua própria inversa, assim:

$$(V) f^{-1} f (S_n) = S_n/S_n$$

$$(v) f^{-1} f (S_n) = S_n / S_n$$

função sígnica semiológica
composta do escritor ao leitor ideal.

Ocorre que uma função composta de sua própria inversão terá o próprio autor como leitor ideal.

Com relação aos eventos acima, no tempo, devemos admitir que no primeiro momento de criação do texto, ocorre a função f, isoladamente. Em um segundo momento, de leitura e ressignificação, simultaneamente, ocorrem g e gof.

Através dessa demonstração, queremos assinalar a relação intersubjetiva entre autor, leitor e texto a partir de uma perspectiva semiológica. Podemos observar a função que rege a relação do autor com o texto na gramatização de sua retórica, ou redução de sua polissemia através das regras gramaticais e léxicas é dada por $f(S_n) = s_n/S_n$. Observamos que o sentido ou significado é a variável e que para todo s_n há um grupo de significantes específicos para a associação, convencionados coletivamente e que devem obedecer ao código de composição gramatical. Esta função estabelece a prioridade do significado do sobre o significante na produção de sentido do autor. A relação do

leitor com o texto, por sua vez, é dada pela função $g(S_n) = S_n/s_n'$, que fixa a prioridade do significante na produção de sentido do leitor, onde para um grupo significante convencionado há muitos sentidos possíveis. A relação entre a produção de sentido do autor e a produção de sentido do leitor é dada por $(g \circ f)(S_n) = s_n/s_n'$ função composta que sugere a prioridade da retorização da gramática pelo autor sem vincular sua significação ao sentido constituído na retorização da gramática pelo leitor, assim s_n, s_n' . Mas poderíamos afirmar que $s_n \setminus s_n'$ ou que o sentido do autor implica o sentido do leitor ou que $s_n' @ s_n$, ou o sentido do leitor tende ao sentido do autor devido ao contexto conjuntivo compartilhado por ambos. Em realidade, nesta função composta, estamos relacionando, em última instância, os contextos intersubjetivos do autor e do leitor.

Assim, a construção de um texto partiria do autor através de um processo de semiose de gramatização da retórica e alcançaria o leitor como uma caixa de significados amarrada por longos laços de significantes. Em sua retorização da gramática, o leitor desataria o nó de significantes e lhe restauraria alguma da polissemia original que o engendrou, só que agora a partir de seu próprio sentido. O sentido do autor chegaria ao leitor através desse processo de atar e desatar significantes e significados. Um percurso acidentado, porém rico de textos e contextos.

III Vygotsky e uma descrição semiológica da aquisição da linguagem

Em sua abordagem do desenvolvimento, Vygotsky atribui à

linguagem e ao pensamento origens distintas e, em seu primeiro momento de desenvolvimento, trajetórias paralelas. Afirma que o pensamento não está relacionado com a linguagem nos primeiros momentos do desenvolvimento psicológico e que a linguagem (enquanto fala) apresenta-se vinculada aos processos de descarga motora. Concor-

expressões fonéticas denotam apenas estados subjetivos: expressam afetos e estados emocionais intensos, mais nunca algo objetivo, ou objetivado através da linguagem. Trata-se da fala afetivo-conativa. Para uma descrição semiológica, poderíamos dizer que a fala afetivo-conativa é uma dinâmica de sentidos, sem o aporte de significantes discriminados. Poderíamos representar por $(s_n) = s_n/(S_n)$, onde S_n entre parênteses designaria a completude da função sígnica por um outro. Rigorosamente, apenas para a criança, poderíamos escrever $f(s_n) = s_n$. O

significante que opera a significação neste primeiro momento do desenvolvimento é difuso, impreciso e mesmo inexistente para a criança. Não há, neste estágio do desenvolvimento, a possibilidade da representação arbitrária do signo: a criança é performática em seus enunciados, ainda que os pais ou sujeitos já culturais, aparelhados com funções sígnicas, lhe atribuam alguma enunciação.

Como observamos, na criança, o primeiro momento da linguagem se dá através da fala e é afetivo-conativa, demandando um sentido emotivo, puramente semântico, pois o instrumental simbólico da sintaxe e da gramática ela ainda não possui. Posteriormente, num segundo momento, a criança tenta apreender a vinculação dos signos aos objetos, descobrindo a função simbólica das palavras, trata-se da fase intelectual da linguagem. Segundo Koffka (VYGOTSKY, 1993:38), uma vez descoberto pela criança, o nome passa a fazer parte da estrutura do objeto. O pensamento e a estrutura rudimentar da função sígnica de alguma forma antecede a linguagem e cria as condições intelectuais para a criança "descobrir" o universo da mediação simbólica.

Desta forma Vygotsky (1993:36) é conduzido às seguintes conclusões: 1) No seu desenvolvimento onto-genético, o pensamento e a linguagem têm raízes diferentes; 2) Podemos, com certeza, estabelecer, no desenvolvimento da linguagem da criança, um estágio pré-intelectual; e no desenvolvimento de seu pensamento, um estágio pré-linguístico; 3) A uma certa altura, estas linhas se encontram, promovendo o advento do pensamento verbal e da fala racional.

Ao lado, representamos graficamente o momento inicial do desenvolvimento onto-genético, segundo Vygotsky:

pensamento não-verbal e da fala não-intelectual:

O segundo momento ontogenético do desenvolvimento em Vygotsky: pensamento verbal e fala racional:



A significação primeiro se faz presente de forma sintética

e indiferenciada, como observamos. Há neste estágio da evolução da linguagem uma prioridade do sentido sobre o significado e o significante na atividade de significação, à semelhança da que encontramos no autor de um texto, que traduzimos pela função $f(s_n) = s_n/S_n$, ou, simplesmente, s/S (o signo linguístico) proposto por Saussure. Nesta etapa do desenvolvimento, o sentido demanda significantes como mediadores simbólicos. É o ponto de partida da comunicação humana; puro conteúdo sem formas de expressão especificadas. No decorrer do desenvolvimento verbal, a linguagem, ao se dobrar sobre o sujeito, o faz incorporar significantes e significados em sua dinâmica, que passa por um "enriquecimento analítico", fragmentando os sentidos e a composição semântica dos mesmos. A atividade de significação adulta resulta, a partir da inversão do signo de Saussure em sua estrutura, na função semiológica que representamos por $f(S_n) = S_n/s_n$, correspondente à função sígnica do leitor. Nesta posição o significante ocupa o lugar da mediação entre os sentidos particulares e os significados do contexto conjuntivo de significação coletiva, lugar do reverso do texto, como na gramatização da retórica realizada pelo autor.

A evolução da sintaxe e da semântica, segundo Vygotsky (1993:109-112), desenvolve-se em sentidos opostos. Quando passa a dominar a fala exterior, a criança inicia-se na fala verbal com poucas palavras dotadas de muitos sentidos. Ou seja, ele inicia sua fala exterior com frases de uma palavra só. Sintaticamente a criança parte do particular para o geral, à medida que vai introduzindo novos elementos sintéticos à sua pronúncia. Semanticamente, o sentido se fragmenta em função da introdução de um maior número de significantes que capacitam a criança com um maior poder analítico para especificar seu sentido em significados já coletivizados em sua comunidade. Portanto, semanticamente, o desenvolvimento vai do geral para o particular. Poderíamos resumir estas posições através do quadro comparativo seguinte:

	Primeiro Momento	Segundo Momento
Sintaxe	-	+
Semântica	+	-
Função Sígnica Semiológica	$f(s_n) = s_n/S_n$	$f(S_n) = S_n/s_n$

(onde: - = mínimo e + = máximo)

Tabela 1 - Uma descrição semiológica do desenvolvimento psicopedagógico

No primeiro momento do desenvolvimento, o mínimo de sintaxe opera com o máximo de semântica por representação significativa, o que nos dá $f(s_n) = s_n/S_n$. O oposto, o máximo de sintaxe operando com o mínimo de semântica, no segundo momento do desenvolvimento, nos dá $f(S_n) = S_n/s_n$. De fato, o signo linguístico se inverte no processo de desenvolvimento.

Podemos notar que a função sígnica que articula a relação do autor com o texto é semelhante à da criança no primeiro estágio do seu desenvolvimento, diferindo apenas que o autor já é, também,

um leitor. Por sua vez, no segundo momento do desenvolvimento, a função sónica que rege a dinâmica interna do desenvolvimento, aproxima-se muito da relação do leitor com o texto literário. Podemos concluir desta demonstração que a criança se desenvolve no sentido do leitor. A primeira estrutura do desenvolvimento para produção do sentido é a estruturada autor, só posteriormente há uma maturação e a conseqüente formação da função sónica do leitor.

IV Princípios para uma estratégia de apropriação pedagógica do texto literário

Primeiro princípio: o primeiro momento do desenvolvimento pedagógico é a autoria. A aquisição dos elementos do contexto contínuo dos signos culturais, compartilhada por um grupo, tem por base a representação coletiva de uma criação de base no contexto disjuntivo, na significação a partir do sentido e não na reprodução qualificada do significado. A passagem administrada pela educação do contexto disjuntivo para o conjuntivo deve partir de conteúdos disjuntivos. Deste princípio entendemos que um texto deve ser reescrito pela criança. A ênfase neste primeiro momento deve recair na criação, na possibilidade de de reconstrução e subversão do texto pela experiência cotidiana que a criança tem com a linguagem na forma de sua fala e designações próprias. O que queremos observar é que neste momento do desenvolvimento a criança detém uma liberdade incomparável de compor retórica sobre um texto ainda sem gramática, não que exista um texto sem gramática, é que não existe gramática para o texto disjuntivo. A retórica, ou o verso do texto, neste momento, se encontra com a plena espontaneidade e sua performance se constitui a partir de uma "gramática semântica", única para cada sujeito da significação, mantida a partir de uma experiência de linguagem radicalmente própria, de uma vivência particular da língua. Porém, partindo de $f(s_n) = s_n/S_n$, só resta o destino da gramatização da retórica. A construção deste percurso pode ser realizado com ênfase no que há de gramática na retórica polissêmica da criança. Não há porque suprimir a retórica em detrimento da gramática. De forma contrária, devemos manter o que há de gramática na retórica dos conceitos cotidianos da criança. A ecologia da enunciação em sua relação com as intenções subjetivas da criança em dizer algo e dos outros que a escutam, detém um filtro lógico, poderoso, de avaliar a pertinência da gramática e sua reprodução de significados a partir dos sentidos. Devemos nos debruçar sobre a questão da intensidade da experiência de significação, não de sua lógica interna lógico-formal da mensagem presente em um texto. Viver a experiência de significação com ênfase no contexto disjuntivo significa ser sujeito da semiose, não seu objeto.

Segundo princípio: a criança se desenvolve pedagogicamente na direção do leitor. Como observamos, no primeiro momento do seu desenvolvimento, a estrutura e a dinâmica da mediação semiótica que a criança mantém com os signos da cultura podem ser descritas através da função semiológica do autor de um texto literário. Isto é, na direção da sua forma de operar a mediação semiológica, dada por $f(S_n) = S_n/s_n$, como demonstramos. Partindo deste pressuposto, argumentamos a favor da composição de uma estratégia para apropriação pedagógica do texto literário coerente com as propriedades

cognitivas e intelectuais presentes na função sígnica responsável pelo primeiro momento do desenvolvimento infantil: a função da autoria.

Terceiro princípio: o texto é um bem simbólico cultural para produção de sentidos, não de significados. A leitura de um texto, sobretudo nesta etapa do desenvolvimento, não é um processo sem sujeito, ou de um sujeito que domina a técnica da leitura, e chega ao texto com instrumentos técnicos de montar significados prontos. A leitura de um texto deve ser entendida como um processo radical do sujeito da significação. Uma leitura é um sujeito em processo de semiose ativa. Esta posição insiste na formação de leitores ativos, que trabalhem significações sobre o texto, não sob o texto. A leitura é o sujeito. Aqui é fundamental que todo o esforço concentrado em uma leitura não faça opção pela tentativa de repetição dos sentidos do autor com bases nos significados coletivos de sua inscrição sociocultural. No primeiro momento do desenvolvimento devemos garantir o aprendizado do que não se coletiviza, garantir a prática de uma leitura particular, própria.

Quarto princípio: o diálogo dos contextos disjuntivos é mediado pelo contexto conjuntivo. Ou os sentidos são mediados pelos significados. Os significados, ou contexto conjuntivo de significação e enunciação, desempenham apenas a função de mediar os sentidos, não pode ser tomado como finalidade de uma leitura ou significação. A criança aprende a ler escrevendo. A criança aprende gramática através da retórica. A criança é primeiro autora, depois leitora. Um texto deve ser apropriado sempre em sua recriação, em sua reconstituição. É curioso como do ponto de vista histórico, ou melhor, de gênese histórica, a tradição ocidental também faz o mesmo percurso: inicia a gramática através da retórica (AUROUX, 1998:13). A relação com o texto literário deve ser de identificação e redescrção, não de entendimento ou racionalização. O que deve estar em jogo é a apropriação das possibilidades de significação que traz o texto. O que deve ser apreendido é a sua vacuidade. Uma leitura pedagógica rica é uma leitura que produza um "esvaziamento" do texto literário. Os métodos de apropriação pedagógica do texto devem primar pela leitura crítica ativa (desconstrução) e criativa (redescrção) do texto literário. O preço que se paga pela arbitrariedade do signo, como sua imotivação e consequente limitação do dizer é, em realidade, sua maior vantagem. Do ponto de vista pedagógico o que se deve tirar de um texto é a capacidade da criança em operar suas significações através do texto apreendido, é a capacidade de produzir outro texto, não de interpretar ou tentar restaurar o sentido do autor real ou do significado do autor imaginário normatizado nos códigos socioculturais. Produzir um novo texto ativo contra a superfície opaca e a vacuidade do signo, como um palimpsesto.

REFERÊNCIA Bibliográfica

- AUROUX, S. (1998). *A Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
- ECO, H. (1997). *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- EPSTEIN, I. (1991). *O Signo*. São Paulo: Editora Atiça, 1991.
- LATAILLE, Y. (1992). *Piaget, Vygotsky, Wailon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- MAN, P. (1996). *Alegorias da Leitura: linguagem figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- PINO, A. (1991). *O Conceito de Mediação Semiótica em Vygotsky e seu Papel na Explicação do Psiquismo Humano*. In: *Pensamento e Linguagem - Estudos na Perspectiva da Psicologia Soviética. Cadernos CEDES - Centro de Estudo Educação e Sociedade - Vol. 24*. São Paulo: Papyrus Editora, 1991.
- PINTO, J. (1995). *1, 2,3 da Semiótica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- SAUSSURE, F. (1993). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix: 1993
- VYGOTSKY, LS. (1993). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.